

PROJETOS PARA O MOSTEIRO DE SANTA CRUZ DE COIMBRA E ÁREA ENVOLVENTE

João Mendes Ribeiro
Rui Lobo
(coord.)

Atelier de Projeto II-A
Mestrado Integrado
em Arquitetura

2019-20



DARQ DOCS eldarq

título

Projetos para o Mosteiro
de Santa Cruz de Coimbra e Área Envolvente

coordenação

João Mendes Ribeiro
Rui Lobo

unidade curricular

Atelier de Projeto II-A
Mestrado Integrado em Arquitetura

ano letivo

2019-20

coleção

DARQ DOCS

edição

eldlarq

Editorial do Departamento de Arquitetura
da Faculdade de Ciências e Tecnologia
da Universidade de Coimbra

Colégio das Artes, Largo D. Dinis
3000-143 Coimbra

t: +351 239 851 350

f: +351 239 829 220

e: edarq@uc.pt

w: www.uc.pt/fctuc/darq/editorial

design do modelo gráfico

Editorial do Departamento de Arquitetura
da Faculdade de Ciências e Tecnologia
da Universidade de Coimbra

composição da edição

Susana Lobo

Miguel Alberto

impressão e acabamento

Nozzle, Lda.

ISBN

978-989-53257-5-7

depósito legal

498461/22

Abril 2022



Esta publicação foi financiada por FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional através do COMPETE 2020 - Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) e por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do projeto SANTACRUZ com a referência POCI-01-0145-FEDER-030704 - PTDC/ART-DAQ/30704/2017



PROJETOS PARA O MOSTEIRO DE SANTA CRUZ DE COIMBRA E ÁREA ENVOLVENTE

João Mendes Ribeiro

Rui Lobo

(coord.)

Atelier de Projeto II-A

Mestrado Integrado em Arquitetura

2019-20

SUMÁRIO

- 7 **Introdução**
Rui Lobo
- Textos**
- 13 **O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra: uma história arquitetónica**
Rui Lobo
- 23 **Mosteiro de Santa Cruz: património e musealização do espaço**
Maria de Lurdes Craveiro
- 29 **Da clausura à centralidade: o processo de modernização de Coimbra a partir do antigo Mosteiro de Santa Cruz**
Margarida Relvão Calmeiro
- 35 **Diálogos com a preexistência: leitura crítica de projetos de intervenção no património cultural edificado de Coimbra nas últimas décadas**
Mariana Lunardi Vetrone
- 41 **Processo histórico da preservação de bens culturais: teorias de restauro desde o racional-funcionalismo à exaltação do valor artístico da obra**
Fernanda Vierno de Moura
- 47 **Patologias pétreas nas fachadas de edifícios religiosos da Baixa de Coimbra**
Pedro Manuel Tavares
Sofia Salema
- 51 **Termas romanas de São Pedro do Sul: ligar fragmentos**
João Mendes Ribeiro
- 55 **Conservação, restauro e valorização do Mosteiro de Santa Cruz**
Desirée Pedro
- Propostas**
- 65 **Projeto de valorização, reabilitação e conservação do Mosteiro de Santa Cruz e área envolvente**
João Mendes Ribeiro
- 72 **Grupo A**
Duarte Sobral
Rita Sousa
Tatiana Carvalho
- 92 **Grupo B**
Rafael Rebimbas
Sofia Eghteda
- 112 **Grupo C**
Júlia Vidotti
Miguel Góis
- 132 **Grupo D**
Carolina Magalhães
Gabriela Rebelo
- 152 **Grupo E**
Fábio Almeida
Inês Correia
Nadège Barros
- Exposição**
- 175 **Projetos para o Mosteiro + recriação 3D in situ da “Última Ceia” de Hodart**
Rui Lobo
João Mendes Ribeiro
Mauro Costa Couceiro
Susana Lobo

IFIS

TEXTOS

DA CLAUSURA À CENTRALIDADE: O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DE COIMBRA A PARTIR DO ANTIGO MOSTEIRO DE SANTA CRUZ

Margarida Relvão Calmeiro

Universidade de Coimbra, CHSC, FLUC / DARQ

As cidades atuais são o resultado de contínuas transformações que as comunidades sucessivamente foram imprimindo no meio físico e na forma urbana, fruto de processos de adaptação lenta através de pequenas intervenções de melhoria do espaço, outras vezes resultam de grandes gestos ou grandes projetos de requalificação ou mesmo de reurbanização. Independentemente da dimensão, estas mudanças urbanas denotam a natureza dinâmica da cidade, inacabada e em permanente construção. Natureza esta que se justifica pela razão de ser das cidades, o serem o habitat de comunidades e, assim, dependentes das suas dinâmicas. Neste sentido, é natural que processos de mudança social e política se traduzam em transformações urbanas.

Foi isso que aconteceu no século XIX, com a instauração do regime Liberal em Portugal. Este novo regime não se limitou a alterar a forma de governo, mas impôs um conjunto de mudanças que tiveram implicações diretas na forma das cidades contemporâneas. Desde logo, por retirar da tutela das instituições religiosas o ensino e as funções assistenciais, mas também por acompanhar a evolução técnica e as teorias higienistas em curso na Europa, que conduziram aos equipamentos e às infraestruturas de salubridade e higiene urbana. Surgiram, assim, os mercados, os cemitérios, os matadouros, as escolas, os hospitais, os hospícios, bem como as novas repartições públicas da administração, das finanças e da justiça, além das primeiras redes urbanas, como os transportes públicos ou o abastecimento de água, de gás e de escoamento de esgotos, impondo uma transformação radical nas cidades. Acresce a mudança induzida pelo decreto de 31 de maio de 1834, que extinguiu todas as casas religiosas masculinas e libertou um conjunto de propriedades que ocupavam importantes áreas dentro das cidades. Esta medida, teve um enorme impacto em Coimbra, que contava com vinte e dois colégios e sete conventos dentro do perímetro urbano (Loureiro 1937, IX-X). Para lá do número, importa salientar que Coimbra, desde o estabelecimento definitivo da universidade, no século XVI, estava enclausurada entre o rio e um anel de colégios e cercas, sem espaço para se expandir (Fig. 1).

Compreende-se, por isso, que depois de instaurado o novo regime e perante a necessidade de novos espaços para acomodar as novas repartições públicas e os novos equipamentos de salubridade urbana, a primeira vereação eleita tenha planeado ocupar estas propriedades. Neste sentido, definiu aquilo que podemos chamar de primeiro plano de melhoramentos de Coimbra, apresentado num conjunto de representações e ofícios ao governo onde pedia a cedência das propriedades religiosas¹. Dos vários espaços solicitados, o destaque ia para o antigo Mosteiro de Santa Cruz, composto pelo mosteiro e respetivos terrenos

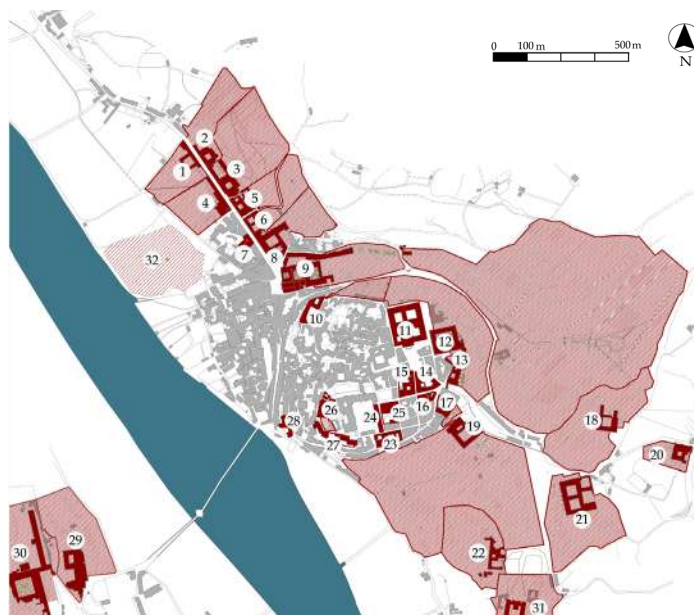


Figura 1 - Planta de reconstituição da cidade em 1845 com a indicação dos colégios, conventos e respetivas cercas.

1 - Colégio de S. Tomás; 2 - Colégio de S. Pedro; 3 - Colégio da Graça; 4 - Convento de S. Domingos; 5 - Colégio do Carmo; 6 - Colégio do Espírito Santo; 7 - Colégio de S. Boaventura II; 8 - Colégio das Artes I; 9 - Mosteiro de Santa Cruz; 10 - Colégio de Sto. Agostinho; 11 - Colégio de Jesus; 12 - Colégio das Artes II; 13 - Colégio de S. Jerónimo; 14 - Colégio dos Lóios; 15 - Colégio de S. Boaventura I; 16 - Colégio de S. Paulo Eremita; 17 - Colégio dos Militares; 18 - Colégio de Tomar; 19 - Colégio de S. Bento; 20 - Convento de Sta. Teresa; 21 - Convento de Santana; 22 - Colégio de S. José; 23 - Colégio da Trindade; 24 - Colégio Real de S. Pedro; 25 - Colégio Real de S. Paulo; 26 - Colégio de Sta. Rita; 27 - Colégio de Sto. António da Pedreira; 28 - Colégio de Sto. António da Estrela; 29 - Convento de S. Francisco; 30 - Mosteiro de Santa Clara-a-Nova; 31 - Seminário Maior; 32 - Localização do antigo Convento de S. Domingos.

agrícolas e uma grande quinta de recreio, que ocupava uma área equivalente a dois terços da área ocupada pela cidade (Calmeiro 2014, 228). Assim, talvez mais por pragmatismo do que por estratégia a edilidade começou a planear a transformação do antigo complexo crúzio no centro nevrálgico da cidade, propondo instalar nos antigos edifícios todas as funções político-administrativas e judiciais (Câmara Municipal, Casa dos Jurados e Fazenda), no pátio as funções comerciais (mercado) e na quinta as funções de lazer (parque público). Este plano e a concretização da nova centralidade foi um processo longo, mas que é fundamental perceber para compreender a forma urbana atual. Apesar dos avanços e recuos, podemos delimitar três fases para a sua estruturação: a primeira fase, correspondeu à simples apropriação dos espaços do mosteiro; seguiu-se depois o início da transformação, com ações de demolição e novas construções; e, por fim, a terceira fase, já no final do século, quando este centro se transformou no nó de articulação com a nova cidade burguesa que nascia no flanco do Vale da Ribela (Magalhães 2002).

Da apropriação do Mosteiro à construção do novo centro urbano

Pouco depois de ter exposto este plano, e perante a necessidade urgente de instalar as repartições públicas, o

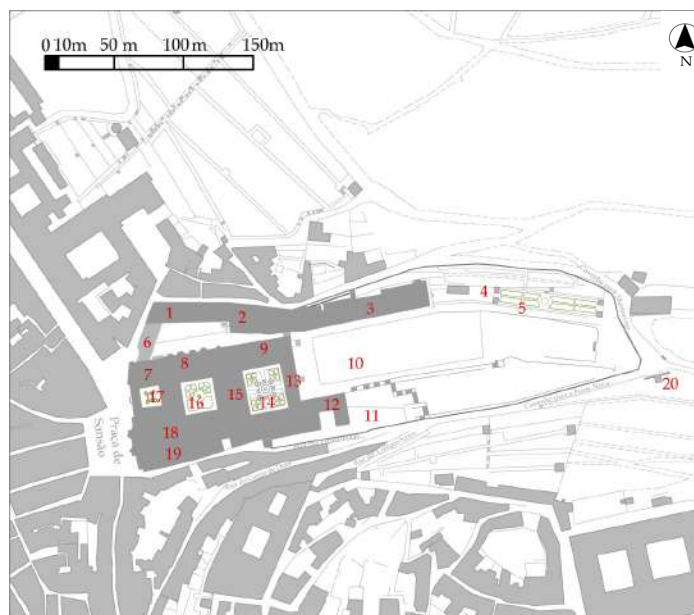


Figura 2 - Planta com esquema das ocupações do antigo Mosteiro de Santa Cruz (c. 1856).

1 - Cadeia Distrital; 2- Torre de Santa Cruz; 3 - Roda dos Expostos; 4 - Cerco dos Expostos; 5 - Fonte da Madalena; 6 - Corpo demolido, correspondente à fachada onde se localizava a Porta do Carro, que havia sido ocupado pela Casa do Correio; 7 - Câmara Municipal (piso superior) e Administração do Concelho (piso térreo); 8 - Tribunal e Cartórios (antigo Refeitório do Convento - cedido em 1866 à Sociedade dos Artistas - e parte do Dormitório de S. Francisco); 9 - Casa do Correio; 10 - Espaço destinado ao mercado público; 11 - Cerco do Noviciado; 12 - Antiga Carpintaria; 13 - Direção de Obras Públicas do Distrito e Telégrafo; 14 - Claustro da Manga; 15 - Direção de Obras Públicas do Mondego e Repartição de Pesos e Medidas; 16 - Claustro dos Anjos; 17 - Claustro das Limeiras; 18 - Igreja de Santa Cruz; 19 - Antiga Igreja de S. João das Donas (arrendada a um particular); 20 - Fonte Nova.

governo de Passos Manuel, pela portaria de 30 de novembro de 1836, atendeu à pretensão e cedeu o Mosteiro de Santa Cruz, incluindo os terrenos da horta e do pomar, assim como o Colégio da Graça, para quartel e o Colégio de S. José dos Marianos, para Hospital de Lázarus. Contudo, a Quinta de Santa Cruz não seria cedida². No próprio dia da cedência, foi feita a divisão do edifício pelas várias repartições públicas e os espaços sobrantes, incluindo os terrenos agrícolas, foram loteados e destinados a arrendar para custear as despesas de manutenção. A instalação das novas funções foi feita com pequenas obras de adaptação, como a abertura de portas, a construção de divisórias ou escadas de madeira, mantendo-se inalterada a imagem do antigo e austero edifício.

As primeiras transformações pretendiam facilitar a circulação e o acesso à novas funções e por isso propunham o alargamento da Porta do Carro, que ligava o Largo de Sansão ao pátio, onde estava instalado o mercado de cereais, assim como a abertura de uma rua de ligação à Fonte Nova³. Anos depois, voltava a discutir-se a ligação à Fonte Nova propondo também o alargamento do largo aí existente e a cobertura da runa, assim como a construção de uma nova escada de ligação entre a horta e a Rua das Figueirinhas. Propunha-se ainda o corte das laranjeiras do pomar para facilitar a utilização do espaço para recreio público⁴, o que

permitiu, que anos depois, ali se instalasse uma praça de tours. À parte dos espaços exteriores, o conjunto, mantinha-se praticamente inalterado apesar da instalação de novas funções, como a Escola Mútua, a Roda dos Expostos, a Mala-Posta ou a Cadeia⁵ (Fig. 2).

No entanto, desde 1845, a edilidade almejava a construção de um edifício para os Paços do Concelho⁶, capaz de simbolizar o novo poder municipal e suplantar a imagem do antigo mosteiro. Adiado mais de três décadas, o processo de construção deste edifício marca uma viragem na forma de atuação do município (Calmeiro 2015, 221-28), resultado da experiência de um conjunto de outras obras, como o alteamento das margens do Rio Mondego e do Largo da Portagem (Calmeiro 2013), o cemitério ou o mercado. Todas estas intervenções revelaram a importância dos conhecimentos técnicos, do desenho e da engenharia, mas também da engenharia financeira para suportar as obras. Assim como, da aceitação ou oposição da comunidade, como sucedeu com a construção do mercado, que apesar das críticas foi uma obra fundamental para reforçar o carácter central do complexo que se estava a formar nos antigos terrenos do Mosteiro de Santa Cruz. De referir que esta era uma área periférica e fora dos circuitos habituais da população, o que motivou o protesto das vendedeiras de cereais e de legumes ao serem instaladas no Pátio de Santa Cruz. Esta contestação agudizou-se quando o município decidiu construir um edifício para o mercado na antiga horta dos frades crúzios, considerada ainda mais periférica. Para lá da centralidade, a população e a imprensa local ambicionavam que a construção deste equipamento fosse a oportunidade para a reforma do tecido insalubre da Baixa e, por isso, defendiam a sua implantação no Largo da Sota, mais perto do rio e da entrada na cidade. Contudo, esta localização, pelas expropriações e pelo alteamento necessário, implicava um aumento de cerca de 30% dos custos da construção na horta⁷. Compreende-se por isso a opção pragmática de utilizar os terrenos do município e, apesar das críticas, no dia 17 de novembro de 1867, foi inaugurado o Mercado D. Pedro V, implantado sensivelmente no mesmo local onde está implantado o mercado atual.

Também a obra dos Paços do Concelho foi envolta em críticas da imprensa local que contestava a demolição do edifício crúzio, protesto que, aliás, chegou ao parlamento. Mas, mesmo depois de esclarecidas as questões que motivaram a discussão⁸, questionaram-se os custos avultados. Pese embora os protestos, o município, presidido por Lourenço de Almeida Azevedo, reconheceu a importância desta obra para a cidade e contratou um novo engenheiro municipal, Alexandre Simões da Conceição, encarregue de desenvolver o projeto do novo edifício, além de ter criado um novo imposto capaz de suportar o empréstimo para as obras.

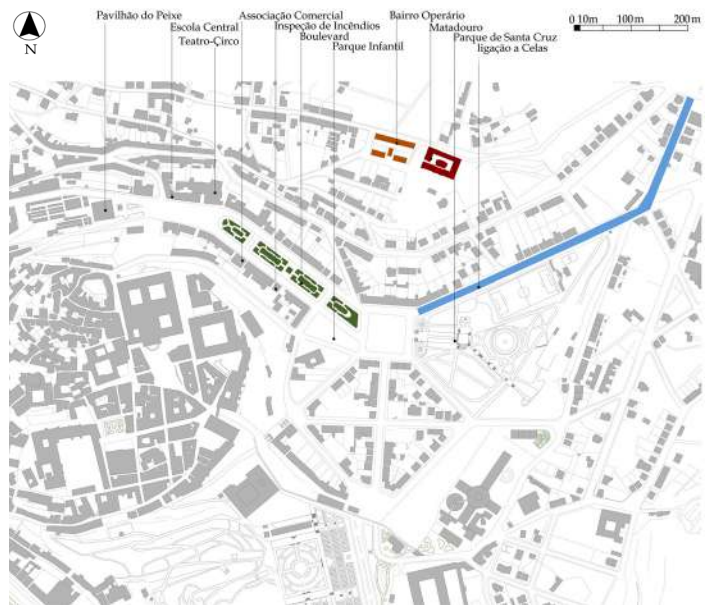


Figura 3 - Planta de reconstituição da execução do Plano de Melhoramentos da Quinta de Santa Cruz a partir do levantamento da cidade de 1934.

Pouco depois, no dia 13 de agosto de 1879 realizou-se a primeira sessão de câmara no novo edifício, ainda que inacabado. Assim, quatro décadas depois do antigo mosteiro ter sido cedido, o novo edifício dos Paços do Concelho substituiu a austera fachada crúzia e definia a nova frente daquela que se tornaria a principal praça da cidade.

O novo bairro da Quinta de Santa Cruz

A nova centralidade seria reforçada poucos anos depois e por iniciativa do mesmo presidente, que deliberou comprar a Quinta de Santa Cruz e empreender a primeira expansão de Coimbra desde a abertura da rua da Sofia no século XVI, o Bairro de Santa Cruz. A ocupação do vale, com um declive favorável, permitia construir um bairro salubre, criar um acesso mais fácil entre Baixa e Alta e uma ligação à povoação de Celas, além do alargamento do mercado D. Pedro V, da construção de um novo matadouro, de um jardim público e de um jardim de infância. Permitia, ainda, reforçar o abastecimento de água da cidade com a água da quinta. O plano, inspirado nas avenidas novas de Lisboa (Macedo 2006, 126), foi desenhado pelo engenheiro Adolfo Loureiro com a colaboração do diretor do Jardim Botânico, Júlio Henriques. Projetava a abertura de um boulevard a terminar numa praça quadrangular, confinante com o antigo Jogo da Pela dos frades crúzios convertido em jardim público e, a partir da praça, rasgava um conjunto de avenidas simétricas que se estendiam para Montes Claros, Cumeada e S. Bento, quebrando de vez os limites da cidade. No início do século, depois de anos de aterros e terraplanagens, foi possível construir o boulevard projetado, a Avenida Sá da Bandeira (1906). O plano ficava assim concluído⁹, com as adaptações e transformações que garantiram o seu sucesso e permitiram

que a cidade se expandisse pelas colinas adjacentes e para lá da antiga quinta, fomentado pela nova rede de carros elétricos (Fig. 3 e Fig. 4).

Enquanto isso na Baixa o antigo complexo crúzio continuou a adaptar-se às novas exigências e funções. Encostado ao cerco da Roda dos Expostos, onde se implantava o antigo caminho de Montarroio, foi construído o edifício da Manutenção Militar, enquanto a nova rua, da Manutenção, foi implantada a nascente e ocupando parte dos terrenos do antigo matadouro municipal. Por sua vez, a Roda dos Expostos deu lugar à maternidade, depois à Escola Industrial e hoje é a Escola Secundária Jaime Cortesão. A Cadeia Comarcã foi transferida para junto da Penitenciária e no seu lugar foi instalada a esquadra da PSP. A velha Torre dos Sinos que marcava a paisagem urbana da cidade, depois de muito degradada pela incúria, acabou por ser demolida em 1935. A fachada norte do Claustro da Manga já tinha sido demolida em 1888, para facilitar a ligação ao Mercado e ao novo Bairro de Santa Cruz. Também o lado nascente deste claustro foi substituído pelo novo edifício dos Correios. O Mercado D. Pedro V, mesmo depois de construído o Pavilhão do Peixe, continuou a ser objeto de discussão, pela falta de espaço e de um plano de conjunto e, na década de 1930, enquanto se planeava o primeiro plano de urbanização

da cidade, o arquiteto Luís Benavente propunha a sua demolição, prolongando a Avenida Sá da Bandeira até ao edifício dos Correios (Calmeiro 2015, 344). A obra não teria seguimento, tal como não teve este plano de urbanização, mas seguiram-se outros estudos que propunham a realocação do mercado. Mas, tal como no século anterior, manteve-se a escolha mais pragmática e o mercado manteve sensivelmente a implantação e foi renovado em 2001. Com o crescimento da cidade e o aparecimento de outros centros, a Praça 8 de Maio, centro cívico e político, perdeu importância e dinâmica, mas em 1992 foi requalificada segundo projeto do arquiteto Fernando Távora que rebaixou o seu pavimento para a cota da Igreja de Santa Cruz, repondo a relação entre a igreja e o espaço público.

Hoje esta área, tal como toda a Baixa perdeu algum dinamismo, mas mantém a centralidade assegurada pelas funções aqui instaladas e, desde 2013, pela inscrição na lista de Património Mundial da UNESCO, um reconhecimento que sublinha o valor histórico e simbólico do conjunto. A análise que fizemos revela como este valor se foi construindo num longo e vivo processo de apropriação e transformação, pautado por planos, projetos, mas também hesitações, que construíram a cidade atual com os vestígios do passado como um recurso ativo.



Figura 4 - Avenida Sá da Bandeira, Cumeada e Penitenciária, início do Século XX. CMC/PB-00742

Notas:

- ¹ Destacam-se as representações do dia 10 de janeiro de 1835 e de 30 de maio, onde solicitava: o pátio e os edifícios do Mosteiro de Santa Cruz para a instalação do mercado e das repartições públicas; o Convento dos Beneditinos e o Colégio da Graça, para transformar em quarteis; as cercas dos Jesuítas e do Colégio de São Jerónimo e a cerca do Convento de São Francisco para construir dois cemitérios; a Quinta de Santa Cruz para parque público; um terreno na Quinta de Santa Cruz para implantar o Matadouro Municipal; a cedência da água do Colégio de São Bento e do Colégio da Sapiência para reforçar a rede de abastecimento da cidade; o Colégio da Estrela para instalar a Cadeia; o Colégio de Santo António da Pedreira para albergar um hospício (Calmeiro 2015, 183-85).
- ² A quinta seria arrematada em hasta pública a 28 de agosto de 1839 por António Joaquim Coutinho e, mais tarde, vendida a Frutuoso José da Silva.
- ³ A primeira referência à demolição da Porta do Carro surge na sessão de 17 de dezembro de 1842, mas demorou a ser executada. O corpo que limitava o pátio e definia a fachada para o Largo de Sansão só seria demolido em 1856 (Silva 1972-73, 167, 183).
- ⁴ Melhoramentos deliberados nas sessões de 4 de maio e 11 de julho de 1848 e de 24 de maio de 1849 (Silva 1972-73, 167, 170, 182, 196).
- ⁵ A Roda dos Expostos foi transferida para o dormitório do Pilar em 1848, a estação da Mala-Posta foi instalada em 1855 e a Cadeia foi transferida para a Casa Vermelha em 1858 (Silva 1972-73, 15, 249, 257).
- ⁶ Na sessão de câmara de 9 de outubro de 1845 discutiu-se a necessidade de chamar um arquiteto de Lisboa ou do Porto para projetar a remodelação do edifício (Silva 1972-73, 126).
- ⁷ Na sessão de câmara do dia 20 de junho de 1858 foram apresentados os orçamentos do empresário inglês Hardy Hislop (Silva 1972-73, 310).
- ⁸ A imprensa local conseguiu envolver na sua contestação a Associação dos Arquitetos Cívicos e o caso foi discutido no Parlamento. Em causa estava o valor histórico dos edifícios a demolir, o município esclareceu que apenas pretendia demolir uma parte sem qualidade estética e comprometeu-se a deixar intata a igreja (Calmeiro 2015, 403).
- ⁹ O Matadouro foi inaugurado em 1897, implantado no limite norte da Quinta, no mercado foi ampliado com a construção do Pavilhão do Peixe concluído em 1907, a Rua Lourenço de Almeida Azevedo foi aberta a ligar a Celas, o Jogo da Pela foi denominado Parque de Santa Cruz e passou a ser utilizado por toda a população, o parque infantil foi construído na década de trinta, denominado Ninho dos Pequenininhos, as águas da quinta foram canalizadas e conduzidas para o chafariz do largo da cadeia. Além destes surgiram outros equipamentos, como: a Escola Central, o Teatro-Circo do Príncipe-Real, a Central de Inspeção de Incêndios, o Picadeiro e a Manutenção Militar.

Referências Bibliográficas:

- Calmeiro, Margarida Relvão. 2015. "Urbanismo antes dos Planos: Coimbra 1834-1934". Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra.
- Calmeiro, Margarida Relvão. 2014. "Apropriação e conversão do mosteiro de Santa Cruz. Enjeito e pragmatismo na construção da cidade de Coimbra", In *Cescontexto: Monastic architecture and the city*, editado por Catarina Almeida Marado, n.º 6: 227-240. Coimbra: CES-UC.
- Calmeiro, Margarida Relvão. 2013. "A Paisagem Urbana oitocentista. Embelezamento e política urbana na renovação da imagem de Coimbra", *CEM - Cultura, Espaço e Memória*, 4 (Paisagem): 71-90.
- Loureiro, José Pinto (org.). 1937. *Anais do Município de Coimbra (1870-1889)*. Coimbra: Biblioteca Municipal.
- Macedo, Marta. 2006. "A Conquista do terceiro espaço – uma abordagem ao ensanche oitocentista de Coimbra", *Monumentos*, n.º 25: 122-29.
- Magalhães, Raquel. 2002. "A Urbanização da Quinta de Santa Cruz: uma Nova Cidade no Flanco de uma Velha Cidade", *Arquivo Coimbrão. Boletim da Biblioteca Municipal*, XXXV: 388-438.
- Silva, Armando Carneiro da (org.). 1972-73. *Anais do Município de Coimbra (1840-1869)*. Coimbra: Biblioteca Municipal.